



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 5/2020

CARTA-CONTRATO N. 05/2020

PROCESSO SEI N. [0000739-47.2019.6.22.8000](#)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 91/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA - TRE-RO, E A
EMPRESA AMAZON FORT SOLUÇÕES
AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA EIRELI, PARA COLETA
DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I –
PERIGOSOS PRODUZIDOS PELO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **84.750.538/0001-03**, com sede na Rodovia BR 364, S/N, Quadra 11, Lote 003, Setor 52, Cidade Jardim, em Porto Velho – RO. CEP: 76.815-800. Telefone(s): (69) 3223.0028, 08000690028 e (69) 99231-6699. E-mail(s): iuri.faria@amazonfort.com.br e josiane.saldanha@amazonfort.com.br, neste ato representada por seu Procurador, Senhor **IURI DANIEL SERRATE FARIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.894.926-8 SSP/PR e CPF nº. 591.434.102-78



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis Federais 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.305/10, Lei Estadual 2.962/13 e Municipal 2.138/2014 e 546/2014, Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018, 10.024/2019 e 96.044/88, Resolução TSE 23.234/2010, Resolução CNJ 201/2015, Resoluções CONAMA n. 401/2008 e 452/2012, Resolução CONTRAM n. 168/2004, Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018, 3555/2000 e 10.024/2019.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 5637/2019 - PRES/DG/GABDG, de 08/11/2019.

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 6552/2019 - PRES/DG/GABDG, de 19/12/2019.

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência respectivo, incluindo em seus diversos Anexos, cujos principais estão a seguir relacionados e devem ser observados na execução desta Carta-Contrato:

I. ANEXO I – RELATÓRIO DE RETIRADA E TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ([0454201](#));

II. ANEXO II - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ([0454203](#));

III. ANEXO IV– DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO ([0454206](#)); e

IV. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ([0454207](#)).

Subcláusula Segunda – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo no Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto às especificações dos serviços de coleta e resíduos sólidos:

I - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada à legislação ambiental de resíduos sólidos dos resíduos Classe I – Perigosos, atualmente armazenados nas dependências do CONTRATANTE.

II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004: Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

III - Os serviços especializados de coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados nas dependências do CONTRATANTE, deverão observar as disposições contidas no termo de referência respectivos, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste documento.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a CONTRATADA subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008). A subcontratação observará as regras abaixo:

- I - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE;
- II - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto;
- III - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados;
- IV - A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Responderá a CONTRATADA perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Art. 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Esta Carta-Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

Subcláusula única – Quanto ao prazo de execução desta Carta-Contrato, a CONTRATADA deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da data de autorização pelo gestor desta contratação, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O valor total desta Carta-Contrato está estimado em **R\$ 48.293,83** (quarenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), para o período total de vigência deste instrumento, consoante detalhado abaixo:

Tabela 5 - PREÇO ESTIMADO – TRE-RO				
ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	82	5,20	426,40
2	Pilhas, baterias e no breaks	9.112,775	5,20	47.386,43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Periféricos e suprimentos de inservíveis de equipamentos de informática	92,50	5,20	481,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO				48.293,83

Subcláusula Primeira– No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços ora contratados, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software, atualização, impostos, taxas e demais encargos pertinentes, entre outros.

Subcláusula Segunda – As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2020 do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-75, Nota de Empenho nº 2020NE000282, de 23/03/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

ATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Limpeza e conservação
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento desta contratação observará o que segue:

Subcláusula Primeira – O pagamento será realizado após a execução da coleta, desde que os serviços tenham sido recebidos de forma definitiva e atestados pela fiscalização do CONTRATANTE, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal:

- a) o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;
- b) comprovar situação de regularidade com a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;
- b1) caso haja alguma pendência, o fiscal do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.
- b2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

Subcláusula Terceira – No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

Subcláusula Quarta - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

Subcláusula Sexta – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades.

Subcláusula Sétima - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

Subcláusula Oitava - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Décima – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nóta fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima Primeira - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a **gestão** e a **fiscalização**, deverá ser observado o que segue:

I – A **gestão** desta Carta-Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, e, na eventual ausência do titular, essa função será exercida pelo seu respectivo substituto, ao qual compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

II - A **fiscalização** desta Carta-Contrato será realizada:

a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) sob controle dessa unidade;

b) Pelo titular a **Seção de Gestão do Parque computacional – SGPC**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) e cabo de rede e fita magnética de backup do servidor sob controle dessa unidade;

c) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por seu substituto, em suas ausências



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, em relação aos demais resíduos.

Subcláusula única – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual;

III – Exigir e conferir o documento de garantia ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

IV - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

V - Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

VI - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

VII – Permitir à CONTRATADA, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

IX - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

X - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas nesta Carta-Contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

XI - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

XII - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

XIII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

XIV - Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

XV - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

XVI - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especialmente o prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura da Carta-Contrato para realizar a coleta dos resíduos sólidos;

II – Participar de reuniões com o CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

III - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

IV – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

V - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VI - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor desta Carta-Contrato;

VII - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

VIII – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

IX - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do CONTRATANTE, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

XI – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

XII - Apresentar ao CONTRATANTE, tão logo esteja em seu poder, os registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados e transportados, os quais está obrigado a obter em cumprimento à legislação ambiental e à Licença Ambiental de Operação – LAO;

XIII - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação;

XIV – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do CONTRATANTE e com observância estrita das regras definidas nesta Carta-Contrato;

XV - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

XVI - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XVII - Apresentar todos os documentos exigidos nesta Carta-Contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XVIII - Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XIX - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência deste instrumento;

XX - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

XXI - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

XXII - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXIII - Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

- 1) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e
- 2) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXIV - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – É expressamente proibido à CONTRATADA:

I - Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à **CONTRATADA**, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento *in natura* a céu aberto;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;
- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- j) utilização para alimentação humana.

DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quanto à execução dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

A) Os serviços de coletas serão realizados no local e horário, conforme a necessidade do TRE-RO, informados a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 1

ÓRGÃO	ENDEREÇO	DIA/HORÁRIO DAS COLETAS
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato.

I - Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a CONTRATADA deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

II - A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, é inteiramente da CONTRATADA, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais.

1. TIPOS DE RESÍDUOS:

I – A coleta de resíduos Classe I – perigosos, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreende também a pesagem, o transporte, o eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos seguintes resíduos produzidos pelos órgãos contratantes:

a) **lâmpadas fluorescentes** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

b) **pilhas e baterias**; (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b1) consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

c) periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador.

2. FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

I - Os resíduos sólidos resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelo CONTRATANTE em espaços de sua propriedade, no endereço informado nesta Carta-Contrato;

II - Os resíduos somente serão coletados mediante o preenchimento do **RELATÓRIO DE RETIRADA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS, ANEXO I** do termo de referência respectivo, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido;

III - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da CONTRATADA;

IV - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

TABELA 2 RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		
TIPO DE RESÍDUO LOTE ÚNICO		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775
ITEM	Periféricos e suprimentos	92,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	inservíveis de equipamentos de informática	
QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAL GERAL (KG)		9.287,275

V - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e, assim, não obriga o CONTRATANTE a efetuar a execução integral durante a vigência deste instrumento contratual.

VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:

TABELA 3 - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS		
MÊS DA COLETA	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	
ABRIL/2020	TRE-RO	9.287,275

VII - Os serviços de coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VIII – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

IX - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017, com Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente estocados em local adequado sob responsabilidade da CONTRATADA para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I;**

XI - As lâmpadas fluorescentes devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação.

a) o processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

XII - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial.

3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

I - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO I** do termo de referência.

4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

I - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO II** do termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** que informe a data, a unidade geradora, o peso líquido dos resíduos, o veículo transportador, a destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, pelo transporte, e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou destinação final;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **Declaração de destinação final dos resíduos** coletados, assinada pelo **responsável técnico** da contratada.

II – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá à contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento, consoante o “caput” e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, incidentes sobre o valor remanescente do contrato na data da ocorrência, na seguinte forma:

I - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;

d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;

b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo concedido pelo fiscal do contrato para apresentar os documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;

b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;

c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para os serviços não comprovados; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

IV - Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Primeira - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas no presente instrumento, as seguintes penalidades:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

Subcláusula Segunda - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, e sem prejuízo da rescisão contratual, está sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste instrumento ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) não manter a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução deste instrumento;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa; ou
- g) cometer fraude fiscal.

Subcláusula Terceira - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008- TRE-RO.

Subcláusula Quarta - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o CONTRATANTE, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas a regras da Instrução Normativa nº 004/08, disponível no site deste TRE-RO.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial desta Carta-Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Terceira - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Penalidades deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis Federais 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.305/10, Lei Estadual 2.962/13 e Municipal 2.138/2014 e 546/2014, Decretos Federais 3555/2000, 10.024/2019, 9507/2018 e 96.044/88, Resolução TSE 23.234/2010, Resolução CNJ 201/2015, Resoluções CONAMA n. 401/2008 e 452/2012, Resolução CONTRAM n. 168/2004, Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

Subcláusula única – Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 24 de março de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	IURI DANIEL SERRATE FARIA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **IURI DANIEL SERRATE FARIA, Usuário Externo**, em 25/03/2020, às 09:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/03/2020, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 25/03/2020, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 25/03/2020, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0517033** e o código CRC **FAB55D11**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0517033v7

Criado por 006007062364, versão 7 por 006007062364 em 24/03/2020 17:51:18.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 121 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 – DA INTRODUÇÃO

1.1. Este termo de referência é elaborado em conformidade ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; ao Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019; às regras do Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013; art. 19 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e, ainda, ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, instituidor da **ECOLIGA-RO**, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

1.2 Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio /2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 – DO OBJETO

2.1 FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS pelos órgãos e entidades da Administração Pública para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos:

2.1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

2.1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

I - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015;

II - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025.

2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.2.1 REGRAS GERAIS:

I - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada à legislação ambiental de resíduos sólidos dos resíduos Classe I – Perigosos, atualmente armazenados nas dependências dos órgãos nominados.

II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004: Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

III - Os serviços especializados de coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados nas dependências do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste documento.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - LOCAL E HORÁRIO DAS COLETAS: As coletas serão realizadas nos locais e horários informados no quadro adiante:

TABELA 1		
ÓRGÃO	ENDEREÇO	DIA/HORÁRIO DAS COLETAS
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Almirante Barroso, 600, Centro, CEP 76801-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro, CEP 76805-902, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V – ALTERAÇÕES: Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

VI - RESPONSABILIDADE PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, é inteiramente da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais.

2.2.2 TIPOS DE RESÍDUOS:

I – A coleta de resíduos Classe I – perigosos, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreende também a pesagem, o transporte, o eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos seguintes resíduos produzidos pelos órgãos contratantes:

a) **lâmpadas fluorescentes** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

b) **pilhas e baterias**; (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

b1) consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

c) **periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

d) **sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras**;

e) **sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010).

2.2.3 FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

I - Os resíduos sólidos resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelos órgãos contratantes em espaços de sua propriedade, nos endereços informados neste TR;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Os resíduos somente serão coletados mediante o preenchimento do **RELATÓRIO DE RETIRADA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS, ANEXO I** deste termo de referência, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido;

III - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da contratada;

IV - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

TABELA 2 RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS								
TIPO DE RESÍDUO LOTE ÚNICO		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)						QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO CADA RESÍDUO A SER COLETADO TODOS ÓRGÃOS
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	600	25,00	31,50	2.300,00	300	3.338,50
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	200,00	20,00	1.020,00	1700,00	10,00	12.062,775
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,50	100,00	200,00	528,00	-	80,00	1.000,50
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	50,00	-	390,00	3.500,00	-	3.940,00
ITEM	Sucatas e	-	100,00	200,00	148,00	-	80,00	528,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5	suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos							
QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)		9.287,275	1.050,00	445,00	2.117,50	7.500,00	470,00	20.869,7

V - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e não obrigam os órgãos contratantes na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato.

VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:

TABELA 3 - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS CO		
MÊS DA COLETA	QUANTIDADE ESTIMADA DE CADA ÓRGÃO	
JANEIRO/2020	TRE-RO	9.287,275
	TRT14	1.050,00
	PRT14	330,00
	TCE-RO	2.117,50
	TJ/RO	3.000,00
JUNHO/2020	PRT14	115,00
	TJ/RO	4.500,00
	JUSTIÇA FEDERAL	470,00

IMPORTANTE: Desde que seja possível a operacionalização pela contratada, as coletas de janeiro e junho serão realizadas em uma única coleta, na mesma data ou período.

VII - Os serviços de coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VIII – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

IX - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017, com Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

X - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente estocados em local adequado sob responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I;**

XI - As lâmpadas fluorescentes devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação.

a) o processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

XII - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras e de eletroeletrônicos devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial.

2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

I - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO I** deste termo de referência.

2.4 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

I - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO II** deste termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** que informe a data, a unidade geradora, o peso líquido dos resíduos, o veículo transportador, a destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, pelo transporte, e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou destinação final;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **Declaração de destinação final dos resíduos** coletados, assinada pelo **responsável técnico** da contratada.

II – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá à contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE:

I - Em razão de suas atividades institucionais o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os cartórios Eleitorais em todo o Estado são fontes de produção de resíduos sólidos.

II - A preocupação com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos não é novidade na Justiça Eleitoral de Rondônia.

III - Desde o ano de 2017 o Tribunal mantém um acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio do qual a municipalidade, por intermédio de empresa concessionária dos serviços de coleta de lixo doméstico - recolhe semanalmente os **resíduos sólidos de papel** produzidos nas unidades da sede do Tribunal, os quais são coletados separadamente dos demais.

IV - Também no ano de 2017, nos autos do Processo SEI 0001980-27.2017.6.22.8000 deu-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. para realizar a coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES deste Tribunal.

V - Além disso, a partir do ano de 2018 os contratos de serviços de manutenção predial e obras no Município de Porto Velho têm disciplinado a obrigação de as empresas contratadas realizarem a gestão dos resíduos gerados na execução desses serviços em cumprimento à Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, norma editada para cumprimento do art. 35 da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

VI - Nessa linha, este Tribunal vem implantando em suas contratações, de forma paulatina, o comando da sustentabilidade introduzida no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010 (regulado pelo Decreto n. 7746/2012). Cita-se, apenas como exemplo:

a) - Processo SEI 0000885-25.2018.6.22.8000: Exigência de comprovação de registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6938, de 1981 para aquisição de **mobiliários que empregam madeira em sua fabricação**;

b) Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000: **Aquisição de máquinas e equipamentos**: Exigência de certificação emitida por instituição pública oficial ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instituição credenciada ou, ainda, uma **DECLARAÇÃO** de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e considerando que os bens são equipados com baterias de médio porte, exigência do cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma do Art. 33, II, da Lei n. 12305/2010 e da Resolução CONAMA n. 401/2008.

c) Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000: **aquisição eventual de bens permanentes diversos de informática**: Exigências:

c1) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

c2) Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO, comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo eficiente de energia elétrica;

c3) comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;

c4) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010 e, ainda a determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a futura contratada deverá realizar, sem qualquer ônus ao contratante, a logística reversa dos equipamentos cotados e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014.

VII - Como visto, as atuais contratações têm demonstrado preocupação com a destinação futura de resíduos de construção civil, baterias, equipamentos de microinformática e eletroeletrônicos bem como há contrato para destinação dos resíduos hospitalares. Ocorre que os demais resíduos, bem como aqueles já produzidos pela Justiça Eleitoral de Rondônia ainda não têm sua destinação adequada ambientalmente.

VIII - Nesse sentido esta contratação se justifica pela necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

IX - Além disso, a **Resolução n. 201/2015**, do Conselho Nacional de Justiça - editada também em cumprimento às recomendações contida no **Acórdão TCU n. 1.752/2011 – Plenário** – determina aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais para implantarem Planos de Logística Sustentável (PLS), responsáveis por fomentar ações que estimulem a redução do impacto negativo das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, em observância às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA quanto ao descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

X - A referida Resolução CNJ n. 201/2015 prevê as práticas de sustentabilidade deverão abranger o emprego da **logística reversa** na destinação final de **suprimentos de impressão, pilhas e baterias**, pneus, **lâmpadas**, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como **produtos eletroeletrônicos e seus componentes**, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e observadas as limitações de cada município.

XI - Neste Tribunal, o Núcleo Socioambiental com a função de instituir o Plano de Logística Sustentável (PLS) foi criado pela Portaria n. 425, de 7/7/2017. Atualmente esse coletivo está desenvolvendo essa tarefa, ainda não concluída. Contudo, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos especificados neste termo de referência já são exigíveis em face da legislação e regulamentação aqui descrita.

XII - Por fim, registre-se que este Tribunal, na condição de gerador de resíduos sólidos não apenas equiparados aos domiciliares, deve elaborar um PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS em cumprimento ao art. 20 da Lei n. 12.305/2010.

XIII - Referido documento deverá conter, entre outros elementos: **a)** diagnóstico de TODOS os resíduos sólidos gerados ou administrados, com origem, volume e caracterização dos resíduos, incluindo passivos ambientais a eles relacionados; **b)** definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, aí incluída a destinação adequada; **c)** metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos.

XIV - Contudo, é premente a necessidade de destinação final adequada dos resíduos descritos neste termo de referência em razão do grande volume que vem se acumulando nos últimos anos, o armazenamento inadequado e, até, a possibilidade de eventual acidente ambiental gerado pelos resíduos.

XV - Por fim, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

XVI - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO** permite a utilização do **sistema de registro de preços** com fundamento no art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2 DA SOLUÇÃO APONTADA:

I - A Lei Complementar Municipal n. 546/2014, publicada no DOM, de 24/10/2014, dispõe sobre a coleta regular e seletiva de resíduos sólidos no Município de Porto Velho.

II - Referida Norma Municipal inclui os resíduos tratados neste termo de referência na categoria de **RESÍDUOS SÓLIDOS DIFERENCIADOS COM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS (art. 1º, IV)**. Todavia, a Municipalidade não definiu a competência de seus órgãos para a coleta e destinação final desses resíduos, apenas mencionado que esses procedimentos deverão obedecer às normatizações específicas para cada tipo de resíduo.

III - Na verdade, verifica-se a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, porém não cria essa obrigação de coleta e destinação.

IV - Dessa forma, como este órgão, por sua condição de gerador de resíduos sólidos, está sujeito à observância da Lei n. 12.305/2010 (art. 1º, § 1º) e não dispõe de estruturas próprias e adequadas para a sua destinação ambiental adequada, resta a via da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços.

V - Registre-se, ainda, que essa solução somente foi apontada após a verificação: a) da inexistência de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho, em condições de atender às regras definidas neste TR e b) da não localização de empresas do ramo que pudessem coletar de forma não onerosa os Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas à produção de resíduos sólidos, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II - Além disso, a contratação buscada vem ao encontro das INICATIVA ESTRATÉGICA consistente na elaboração de Plano de Logística Sustentável do TRERO, nos moldes da Resolução CNJ n. 201/2015, estabelecida no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MACROPROCESSO da GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA, que tem como indicador Índice de desempenho das medidas de sustentabilidade.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

II - No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. As exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto. Em suma, o coletivo ainda não concluiu suas tarefas neste Regional.

III - De igual forma, o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

IV - Tem-se ainda nessa seara normativa a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

V - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

VI - Em cumprimento a esses dispositivos - e também porque os serviços buscados nesta contratação estão regrados por legislação ambiental federal, estadual e municipal - está sendo exigido das licitantes a **comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços**.

6 – DO PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

I - A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal, é, sempre que possível, adotada como uma boa prática neste Tribunal.

II - Referida norma estabelece em seu art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o Painel de Preços, contratações similares de outros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entes públicos, em execução ou concluídos nos **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

III - Ocorre que, pelas características peculiares dos serviços objeto deste TR, optou-se, como primeira medida, pela pesquisa com **potenciais fornecedores**, procedimento também disciplinado no inciso IV do art. 2º daquela mesma norma e considerado mais efetivo para estimar de forma eficiente o preço dos serviços. Até porque verificou-se um rol bastante amplo de 18 empresas especializadas, conforme pode ser comprovado pelo edoc. n. [0464358](#). De notar-se que o novel Decreto n. 10.024/2019, também estabeleceu em seu art. 3º, inciso XI, alínea "a", 1, que o valor estimado do objeto da licitação deve estar *de acordo com o preço de mercado*.

IV - Todas essas empresas receberam a Pesquisa de Mercado n. 08/2019, (edoc. n. [0456804](#)), fato comprovado pelos edocs. n. [0464319](#) e [0464335](#). Todavia, houve inexpressiva receptividade do mercado (edoc. [0464335](#)). Nesse quadro foi obtido uma única cotação, incluída na Tabela 4 adiante.

V - Considerando que o TCU não recomenda a estimativa de preços baseada apenas em preços praticados por empresas do ramo (**item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário**), a unidade tentou ampliar a base de pesquisa por meio de consulta de preços contratados por órgãos públicos e registradas no banco de preços para o mesmo objeto. Foram localizados cenários semelhantes que permitem inferir o preço praticado na APF. Nessa busca, foram considerados o preço de 3 contratações na Região Norte e 8 contratações nacionais, incluída na Tabela 4 adiante.

VI - Esse método determinou o valor total estimado da contratação em **R\$ 108.731,51 (cento e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos)**.

TABELA 4: PREÇO ESTIMADO

LOTE ÚNICO	ITEM	TIPO DE RESÍDUOS	QUANTITATIVO ESTIMADO Kg	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	PREÇO MÉDIO Kg
				Mercado fornecedor (0464342)	Média do Banco de Preços - 3 órgãos públicos na Região	Média do Banco de Preços - 8 órgãos públicos nacionais (0464914)	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					Norte		
					(0464907)		
RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS	1	Lâmpadas fluorescentes e leds.	3.338,50	5,80	3,12	6,73	5,21
	2	Pilhas, baterias e no breaks	12.062,775	5,80	3,12	6,73	5,21
	3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	1.000,50	5,80	3,12	6,73	5,21
	4	Máquinas fotocopiadoras	3.940,00	5,80	3,12	6,73	5,21
	5	Sucatas e suprimentos inservíveis de eletroeletrônicos	528,00	5,80	3,12	6,73	5,21
VALOR TOTAL					108.731,51		

**Tabela 5 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional
Eleitoral de Rondônia**

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
------	---------	--------------------------------	----------------------------	-------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	Lâmpadas fluorescentes e leds	82	5,21	427,22
2	Pilhas, baterias e no breaks	9.112,775	5,21	47.477,54
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,50	5,21	481,92
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	-	-
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	-	-
VALOR TOTAL ESTIMADO				48.386,68

Tabela 6 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	600,00	5,21	3.126,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	200,00	5,21	1.042,00
3	Periféricos e	100,00	5,21	521,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	suprimentos inservíveis de equipamentos de informática			
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	50,00	5,21	260,50
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100,00	5,21	52,10
VALOR TOTAL ESTIMADO				5.470,500
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0450511 .				

**Tabela 7 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria Regional do
Trabalho da 14ª Região**

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	25,00	5,21	130,25
2	Pilhas, baterias e no breaks	20,00	5,21	104,20
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	200,00	5,21	1.042,00
4	Sucatas e	-	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras			
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	200,00	5,21	1.042,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				2.318,45
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0451483 .				

Tabela 8 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	31,50	5,21	164,12
2	Pilhas, baterias e no breaks	1.020,00	5,21	5.314,20
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	528,00	5,21	2.750,88
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	390,00	5,21	2.031,90
5	Sucatas e	148	5,21	771,08

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos			
VALOR TOTAL ESTIMADO				11.032,18
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0451554 .				

Tabela 9 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	2.300,00	5,21	11.983,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	1.700,00	5,21	8.857,00
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	-	-	-
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	3.500,00	5,21	18.235,00
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR TOTAL ESTIMADO				39.075,00
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0453057 .				

Tabela 10 - PREÇO ESTIMADO – Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia				
ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	300,00	5,21	1.563,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	10,00	5,21	52,10
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	80,00	5,21	416,80
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	-	-
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	80,00	5,21	416,80
VALOR TOTAL ESTIMADO				2.488,70
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0454797 .				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO TRE-RO:

A despesa decorrente deste Termo de Referência será executada de acordo com o enquadramento adiante:

TABELA 11: FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2020 (0465302)	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Limpeza e conservação
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ
VALOR ESTIMADO:	R\$ 48.386,68

6.2 DISPENSA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGISTRO DE PREÇOS:

Tratando-se de formação de registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). As fontes orçamentárias de todos os órgãos estão indicadas neste capítulo do Tr.

7 - FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - Conforme já registrado no Capítulo 3 deste TR, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o **interesse em**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

III - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGARRO**, permite, por si só, a utilização do sistema de registro de preços com fundamento no **art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013**.

IV - Verifica-se ainda que a maioria dos órgãos está optando pela coleta parcelada em dois (2) eventos, situação que também justifica a formação de registro de preços com fundamento no **art. 3º, II, do Decreto Federal n. 7.892/2013**.

7.2. DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP:

I - Em cumprimento ao disposto no art. § 1º do art. 4º do Decreto 7.892/2013, a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifesta pela dispensa da divulgação da intenção registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis).

7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada **a modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 5450/2005, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço por lote.**

II - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS: Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

8.2 INCLUSÃO DE TODOS OS RESÍDUOS PERIGOSOS CLASSE I, DE TODOS OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, EM UM LOTE ÚNICO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O agrupamento de todos os resíduos sólidos em um único lote deve-se a sua classificação de PERIGOSOS, CLASSE I, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012.

II - Assim, além de possuírem a mesma natureza, todos estão submetidos a regras semelhantes para coletas, transporte e armazenamento temporário, apenas diferindo em relação à destinação final adequada à legislação ambiental, na forma da **Licença Ambiental de Operação – LAO** das empresas.

III - Busca-se, ainda, redução de preços com a **economia de escala** (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas), já que empresas poderão repassar a eventual redução dos custos em sua proposta.

8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - Considerando que o valor estimado para o lote único da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), NÃO se aplica a regra de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal n. 8538/2015.

II - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, aí incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

III - No preenchimento da proposta, a licitante deverá detalhar o preço unitário e total para a coleta do quilograma (kg) de cada item e preço total de sua proposta para o lote único;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A LICITANTE DEVERÁ INDICAR EXPRESSAMENTE EM SUA PROPOSTA SE UTILIZARÁ ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE ALGUM RESÍDUO DO ITEM ÚNICO, DESDE QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;

V - NA HIPÓTESE DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, A LICITANTE DEVERÁ TAMBÉM ANEXAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA LOCALIDADE ONDE ATERRO ESTÁ INSTALADO), COMPROVANDO QUE ESTÁ AUTORIZADA PARA REALIZAR O DEPÓSITO DESSES MATERIAIS NO LOCAL;

VI - Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao TRE de Rondônia com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

VII - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos e condições deste termo de referência, do edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviço com características e quantidades diferentes das indicadas nesses documentos;

VIII – Apenas serão aceitas propostas com cotação para TODOS os resíduos que fazem parte do item único;

IX - Sob pena de desclassificação, a proposta deve ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO III** deste termo de referência;

X - Será considerado vencedora a proposta que ofertar o menor preço global para o lote único do certame, observado, ainda, o teto do valor estimado para cada item.

8.5 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO:

I - Qualificação técnica: Para comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional das licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da empresa, comprovando a execução de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos serviços objeto da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação, **equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos).**

a1) considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

a1.1) coleta e transporte da quantidade mínima de resíduos equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos);

a1.2) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada da quantidade mínima de resíduos equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos).

b) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;

b1) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

b2) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;

b3) A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

II - Comprovação de que a licitante terá em seu quadro de pessoal, até a data da assinatura do contrato, **responsável técnico** devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades contidas no objeto do certame.

a) Para fins de comprovação, entende-se como quadro de pessoal da licitante:

a1) o dirigente ou sócio;

a2) o empregado;

a3) o detentor de contrato de prestação de serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;

c) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não** seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo ou, ainda, uma declaração de contratação - até a data da assinatura do contrato - do responsável técnico indicado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário), conforme modelo contido no **ANEXO IV**;

d) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

III - Declaração de disponibilidade, conforme modelo contido no ANEXO V, indicando:

a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;

b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Certificado de Regularidade válido, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no **Cadastro Técnico Federal** relacionadas ao objeto do certame, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

V - Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) **para as atividades de coleta, transporte rodoviário, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;**

VI - Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, **expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente**, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame **não** seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

9 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado;

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013);

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

- I - Disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;
- II - Gerenciar a ata de registro de preços;
- III - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- IV - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
V - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

VI - Fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

9.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - Derão ser convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

9.2.1 Caberá aos órgãos participantes a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10 - DO CONTRATO

10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

I - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com a compromissária. No ato da assinatura do contrato a compromissária deverá apresentar:

a) se ainda não fez durante o certame licitatório, a **cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços** ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo do responsável técnico indicado na licitação;

b) o nome, telefone e email de um representante da empresa para atuar como responsável da empresa com poderes de decisão e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual;

c) regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

II - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

III - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2 REGRAS GERIAS APLICÁVEIS AO CONTRATO:

I - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

II - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

II - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10520/2002 e Lei n. 8666/93, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la; as leis e normativos federais, principalmente a Lei n. 12305/2010, estaduais e municipais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste termo de referência e supletivamente a Lei n. 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

10.3 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS:

Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a contratada subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008).

A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela contratante.

Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados.

A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.

Responderá a contratada perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

10.4 PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:

10.4.1 Prazo de execução: No TRE/RO: A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização pelo gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

10.4.2 Prazo vigência: No TRE/RO: 12 meses a partir a data de assinatura. Nos demais órgãos: De acordo com a definição de cada órgão.

10.4.3 Reajuste de preços: Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis.

10.4.4 Reequilíbrio: Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

10.4.5 Alterações do contrato: Havendo interesse da Administração, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

III - Exigir e conferir o documento de garantia ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

V - Assegurar o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

VI - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

VII - Permitir à contratada, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

VIII - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

VI - Notificar a contratada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

VII - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

VIII - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

IX - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

X - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

10.6 DO PAGAMENTO:

I - O pagamento será realizado após a execução da coleta, desde que os serviços tenham sido recebidos de forma definitiva e atestados pela fiscalização do contratante, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal;

II - A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal:

a) o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

b) comprovar situação de regularidade com a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;

b1) caso haja alguma pendência, o fiscal do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

III - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

IV - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

V - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

a) a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e no instrumento de contrato, especialmente o prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato para realizar a coleta dos resíduos sólidos;

II – Participar de reuniões com a Administração contratante ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

III - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

IV – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

V - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VI - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

VII - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

VIII – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;

X – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

XI – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo contratante e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

X - Apresentar ao contratante, tão logo esteja em seu poder, os registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados e transportados, os quais está obrigado a obter em cumprimento à legislação ambiental e à Licença Ambiental de Operação – LAO;

XII - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

XIII – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

XIV - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

XV - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XVI- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XVII- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

VVIII - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato;

XIX - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

XX - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

XXI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXII - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

10.8 PROIBIÇÕES EXPRESSAS À CONTRATADA:

I – Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à contratada, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos.
- b) lançamento *in natura* a céu aberto.
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados.
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.
- j) utilização para alimentação humana.

11 – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1 SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo concedido pelo fiscal do contrato para apresentar os documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para os serviços não comprovados; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

IV - Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2 SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

11.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.4 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.5 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

11.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 No TRE-RO:

I - A fiscalização do contrato será realizada:

- a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) sob controle dessa unidade;
- b) Pelo titular a **Seção de Gestão do Parque computacional – SGPC**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) e cabo de rede e fita magnética de backup do servidor sob controle dessa unidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos demais resíduos.

II – A gestão do contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

12.2 Nos demais órgãos participantes: De acordo com a definição de cada um deles.

13 - ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

13.1 As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pela servidora Rudma Rosa Costa da Coordenadoria de Material e Patrimônio, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail comap@tre-ro.jus.br.

14 – ANEXOS

14.1 Integram este Termo de Referência:

ANEXO I – Relatório e termo de recebimento provisório de serviços de coleta de resíduos sólidos ([0454201](#));

ANEXO II – Termo de recebimento definitivo de serviços de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos ([0454203](#));

ANEXO III – Modelo padronizado de proposta ([0454205](#));

ANEXO IV – Declaração de contratação futura de responsável técnico ([0454206](#));

ANEXO V – Declaração de disponibilidade ([0454207](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Em 21 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 21/10/2019, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA**, Coordenador(a), em 21/10/2019, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0468836** e o código CRC **054FAD35**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0468836v2

Criado por 001150482305, versão 2 por 001150482305 em 21/10/2019 11:40:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – contratação de pessoa jurídica – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0471771 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0394679](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

02. Os contornos gerais da aquisição pretendida, **estimada em R\$ 108.731,51** (cento e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), foram definidos no Termo de Referência nº 121 – PRES/DG/SAOFC/CCOMAP ([0468836](#)), do qual **destaca-se** os seguintes registros levados a termo pela unidade solicitante:

a) justificativa para a contratação do referido serviço, centrada na necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos produzido pelos órgãos mencionados, bem como pelo cumprimento dos normativos sobre o tema, como por exemplo Lei nº 6.938/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

b) utilização do critério de sustentabilidade, consistente na comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços, em obediência a Lei Estadual nº 2.962/2013 e Lei Municipal nº 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

c) necessidade de formação de Registro de Preço, uma vez que não há neste Tribunal registro de preços vigentes para o fornecimento do objeto, que a contratação será conjunto com a participação de órgãos da ECOLIGA-RO (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), podendo gerar economia de escala, e que a maioria dos órgão está optando pela coleta parcelada em dois eventos.

03. Consta nos autos pesquisa de preços dentre empresas do mercado local ([0456804](#), [0464319](#) e [0464335](#)) para levantamento dos valores dos materiais elencados no item 6 do Termo de Referência nº 121.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Registra-se que o referido TR foi elaborado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projetos Básicos e Termos de Referência, dispensando-se, nesse caso, a análise formal do instrumento, e subentendendo que este documento técnico está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e no inciso XI do Decreto nº 10.024/2019.

05. Por fim, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a minuta do instrumento contratual ([0469003](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG. **É o necessário relato.**

II – DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA

06. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim tem orientado:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de **bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado**, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI. (Sem grifo no original)

07. Por sua vez, o **Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União** – 4ª edição define nos seguintes termos “bens e serviços comuns”:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. (p. 62)

08. Nesse compasso, observa-se que os objetos descritos no termo de referência (serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**), com a descrição detalhada de suas especificações, revestem-se de **serviços comuns ao mercado**, podem, perfeitamente, ter aferidas suas qualidades apenas com o cumprimento de tais especificações. **Ademais, restando dúvidas quanto ao objeto, todas**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as orientações foram lançadas item 2 do Termo de Referência (Do Objeto - [0468836](#)).

III – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

09. Com relação à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade solicitante, releva destacar as regras sobre o tema disciplinadas pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o referido sistema. Veja-se:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de **serviços remunerados por unidade de medida** ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a **mais de um órgão ou entidade**, ou a programas de governo; ou,

IV - quando, pela natureza do objeto, **não for possível definir previamente o quantitativo** a ser demandado pela Administração. (sem grifo no original).

10. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no subitem 7.1 do TR em comento encontra correspondência com as hipóteses permissivas das regras do Decreto Federal que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei nº 8.666/93. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atende ao interesse da Administração.

11. No que diz respeito a vigência da futura Ata de Registro de Preços, a Administração poderá utilizá-la por um período de até 12 meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.

12. Ademais, para formação de registro de preços, não será exigida prévia indicação de dotação orçamentária, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU n. 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

IV – DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

14. A unidade demandante manifestou-se, no item 7.2 do TR nº 60, por **não** realizar o registro de **Intenção de Registro de Preços – IRP**, nos termos disciplinado pelo § 1º do art. 4º do Decreto Federal n. 7.892/2013.

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º - A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. ([Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014](#)) (sem grifo no original)

15. No âmbito deste Tribunal, fixou-se o seguinte procedimento para a operacionalização da IRP:

- a) manifestação da unidade solicitante, no próprio TR;
- b) manifestação da titular da SAOFC;
- c) deliberação da autoridade administrativa na oportunidade da análise da despesa;
- d) deliberação sobre a participação de eventuais interessados pelo titular da SAOFC, conforme Portaria TRE-RO nº 66/2018 sobre delegação de competências.

V – DO VALOR ESTIMADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Sobre esse aspecto, veja-se a regra contida no Decreto Federal nº 7.892/2013:

Art. 5º **Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:**

I a III – *omissis*;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; (**Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014**) (**negritou-se**).

V a X – *omissis*.

17. A orientação da Corte de Contas Nacional sobre o procedimento para aferição do valor estimado da contratação a seguinte, *ipsi litteris*:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

18. Como visto a unidade demandante seguiu a instrução do TCU, lastreando sua pesquisa em preços registrados no Sistema Comprasnet e no mercado local, conforme descrito no item 6 – Do preço estimados dos serviços do TR (**0468836**).

VI – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19. No âmbito do Poder Judiciário, o normativo que aborda essa temática é a Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, determinando a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

20. Ainda, essa norma reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

21. O TR em análise prevê que só será admitida a oferta do serviço pretendido se a fabricante estiver:

a) regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

b) Licença ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA de Porto Velho, (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) para as atividades de coleta, transporte rodoviário, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;

c) Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame não seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

22. Tais exigências podem ser abrigada, haja vista que há previsão legal expressa. Cabe, ainda, o registro de que se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015.

VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

24. Não deverá ser **aplicado** ao futuro certame o regime de **exclusividade** na participação de **microempresas e empresas de pequeno porte**, porquanto o valor estimado dos itens resulta acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

VIII – DA CONCLUSÃO

25. Por todo o exposto, considerando a elaboração do **Termo de Referência nº 121 – PRES/DG/SAOFC/COMAP (0468836)**, nos moldes dos artigos 8º e 10º da IN nº 04/08, o instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

26. Nesse compasso, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade na formação de **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e adotado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRE nº 01/2006, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços em questão, por via de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 4º do Decreto nº 5.450/05, sendo **inaplicável o regime de exclusividade às ME/EPP's**, conforme art. 48, inc. I, da LC nº 123/2006 c/c art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, nos moldes acima especificados, atentando-se para as legislações pertinentes.

27. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **§ 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993**, que no presente caso deverá ser por **“menor preço” por item**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Ademais, esta Assessoria orienta para a observância, no edital do certame, dos **artigos 9º e 10 e do § 4º do art. 22, todos do Decreto Federal nº 7.892/2013.**

29. Com relação a carta-contrato ([0469003](#)), constata-se que este instrumento contratual foi redigido em consonância com as disposições do Temo de Referência e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e se encontra em conformidade com a legislação de regência, notadamente à Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apta a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta **Assessoria Jurídica APROVA os seus termos.**

30. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 04/11/2019, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 04/11/2019, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0471771** e o código CRC **8B147CF3**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0471771v8

Criado por 014827562356, versão 8 por 004891562321 em 04/11/2019 15:39:3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos.

DESPACHO Nº 5637 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0394679](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

Carreou-se aos autos a Pesquisa de Mercado nº 008/2019 - SEMAP, efetuada no mercado local ([0456804](#) e [0464342](#)), bem como pesquisa em Banco de Preços ([0464907](#) e [0464914](#)).

Com base nas pesquisas realizadas, a unidade demandante juntou o Termo de Referência 121 ([0465074](#)), contendo o objeto, detalhamento dos serviços, a justificativa, formação de registro de preços, o valor estimado em R\$ 108.731,51 (cento e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), aderência ao plano orçamentário, formação de registro de preços, regras aplicáveis ao certame licitatório, contrato, obrigações das partes, pagamento, penalidades e fiscalização e gestão.

A SECONT elaborou minuta de instrumento contratual para regular a avença ([0469003](#)).

Instada a se manifestar a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opinou, por meio do Parecer Jurídico AJDG [0471771](#), pela aprovação do Termo de Referência; pela formação do registro e preços; pela adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por “menor preço” por item; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e pela aplicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos critérios de sustentabilidade ambiental. Além disso, aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT.

A SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0474148](#)).

Inicialmente, considerando que o valor da pretensa contratação, estimado em R\$ 108.731,51 (cento e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), extrapola a situação de dispensa legal, e que se trata de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital do certame (art. 1º, Decreto n. 10.024/2019), adota-se a modalidade de licitação pregão, em sua forma eletrônica, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, em atenção ao art. 1º, § 1º, Decreto n. 10.024/2019.

O edital de licitação, deve estabelecer tipo de licitação "menor preço" pelo item único, em consonância com o prescrito pelo § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, com adoção do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que as justificativas apresentadas pela unidade solicitante encontram-se em estrita correspondência com as hipóteses permissivas das regras do Decreto Federal n. 7.892/2013, que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei 8.666/93.

A formação de registro de preços delineada no Termo de Referência é o procedimento adequado para a contratação pretendida, posto que melhor atende ao interesse da Administração, observando-se a regra insculpida no artigo 3º e incisos do Decreto nº 7.892/2013, uma vez que é conveniente a coleta de forma parcelada e permite a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, como os órgãos que integram a ECOLIGA-RO.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite, também, desencadeá-lo independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações, procedimento esse previsto no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 8.250/2014 e pelo Decreto 9.488/2018. Nesse aspecto, a ausência de informação referente à disponibilidade orçamentária e financeira para o custeio das despesas não configura qualquer irregularidade na medida em que os valores serão empenhados de acordo com as necessidades da Administração. Nesse sentido, o § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013 assim dispõe: *"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COMAP, unidade responsável pela análise de Projeto Básico e Termo de Referência, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa nº 004/2008, foi a elaboradora do TR. Assim, subentende-se que o referido documento está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos II e III do art. 8º do Decreto n. 10.024/2019.

No caso *sub examine*, é inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, posto que o valor estimado para a contratação supera o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) delineado pelo art. 6º do 8.538/2015.

A futura aquisição foi justificada no item 3 do TR, que tem como objetivo destinar adequadamente os resíduos sólidos perigosos de forma sustentável, em cumprimentos às normas de regência.

Por fim, no que tange aos critérios de sustentabilidade ambiental, o item 5 do TR estabelece que a futura contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços, devendo observar a Instrução Normativa n. 01 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG, que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, e a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho. A unidade destacou, ainda, que está sendo exigido das licitantes a comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta diretora-geral em substituição:

1. Aprova o Termo de Referência 121 ([0468836](#)) porquanto possui os elementos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da lei n. 10.520/2002 e nos incisos II e III do art. 8º do Decreto n. 10.024/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. **Autoriza a licitação** na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, do Decreto n. 10.024/2019, por “**menor preço**”, por **item único**, com fulcro no [inc. I do § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/93](#); adotando-se o **sistema de registro de preços**, disciplinado no [inc. II do art. 15 da Lei nº 8.666/93](#), regulamentado pelo [Decreto Federal n. 7.892/2013](#) e alterado pelo [Decreto n. 8.250/2014](#), **sendo dispensado o registro de IRP**, com fundamento no [§ 1º do art. 4º do Decreto Federal 7.892/2013](#);

3. **Declara a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado pelo item único se encontra além do limite balizado pelo art. 6º, do Decreto Federal n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, alterada pela LC n. 147, de 7 de agosto de 2014; e

4. **Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, nos moldes do item 5 do Termo de Referência em questão.

À SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 08/11/2019, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0474595** e o código CRC **357F5DB5**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0474595v10

Criado por 026098941465, versão 10 por 006205542321 em 08/11/2019 11:46:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Análise minuta edital – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos.

PARECER JURÍDICO Nº 0482320 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0394679](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria no Parecer Jurídico AJDG ([0471771](#)), oportunidade na qual opinou pela viabilidade da contratação por formação do registro de preços, por meio de **Pregão Eletrônico**, em cumprimento às regras da **Lei n. 10.520/2002** e **art. 3º e art. 4º do Decreto nº 5.450/05**, para o tipo de licitação o **menor preço por item**, sendo **inaplicável** o regime de exclusividade na participação de ME's EPP's, haja vista que valor estimado para o lote é superior **ao limite** balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC n. 123/06**.

03. Após a Manifestação n. 2040 ([0474148](#)) da SAOFC, por meio do Despacho n. 5637 ([0474595](#)), a Diretora-Geral – em substituição determinou, dentre outras coisas, a **inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte**, tendo em vista que o valor do lote ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00, nos termos do disposto no artigo 48, inciso I, da LC n. 123/2006 e a aplicabilidade das regras de sustentabilidade ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Mediante Despacho n. 5685 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0475649](#)) a secretária em substituição da SAOFC encaminhou os autos à SLC para elaboração da minuta de edital de licitação à SECONT para formalização do instrumento contratual e a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico das referidas minutas.

05. Carreou-se aos autos a Resolução n. 001/06 que institui no âmbito deste Regional o Sistema de Registro de Preços e a Portaria 703/2019, que designou servidores para atuarem como Pregoeiros pelo período de 01 (um) ano ([0476799](#)), bem como, a Minuta de Edital de Pregão Eletrônico ([0480971](#)).

06. Por meio da Remessa SLC ([0480974](#)) os autos foram submetidos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2019 e seus anexos ([0480971](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, notadamente naqueles previstos na Lei n. 8.666/93 em seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo **Decreto Federal n. 10.024/2019**, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora, **incluindo as normas do Decreto Federal n. 7.892/2013 que regulamenta o SRP, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.**

08. Pois bem, no item 3.1 da minuta do instrumento convocatório consta a descrição do serviço objeto da formação de registro de preços.

09. As propostas e os lances serão ofertados **POR ITEM**, considerando o **VALOR UNITÁRIO - item 5.2.1 e 7.1.1 do Edital** e no julgamento de classificação e aceitação das propostas, **será adotado o critério de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, observados os valores unitários estimados de cada item que compõe o lote **item 8.2.**

10. Assinala-se também que na elaboração do instrumento, especificamente no **item 10.3**, o registro de prazo razoável de **02 (duas) horas** a partir da solicitação do Pregoeiro para o envio de documentação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, sob pena de inabilitação, nos termos da Instrução Normativa MPLOG n. 1, de 26 de março de 2014.

11. Adequada a anotação da inserção no **item 14.5** do instrumento das **regras acerca da utilização da futura ata de registro de preços por órgãos não participantes.**

III - CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do edital e seus Anexos** ([0480971](#)), encontrando-se este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/11/2019, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0482320** e o código CRC **98C6C366**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0482320v8

Criado por 004891562321, versão 8 por 004891562321 em 28/11/2019 12:20:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 36/2019 –**
Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos - Análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 0489938 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0394679](#)), objetivando a **contração de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0480971](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 0482320/ 2019 - PRES/DG/AJDG, convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2019 ([0482409](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0482411](#) e [0482677](#).

04. Não houve pedidos de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas ([0487149](#));

b) proposta da empresa AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487238](#) e [0487240](#));

c) documentos de habilitação da empresa mencionada ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)); e

d) a manifestação favorável da unidade técnica quanto a proposta e os documentos de habilitação (0487741).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0488401](#)), Resultado por Fornecedor ([0488406](#)), Termo de Adjudicação ([0488403](#)), Resultado de Licitação e o comprovante de sua publicação (0489366).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Por fim, em seu relatório ([0488480](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0488606](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019.

09. Desencadeada a fase externa da competição, verifica-se a observância do art. 17 do Decreto nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 25 do Decreto nº 10.024/19.

10. Na publicação do aviso ([0482677](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 25 do Decreto nº 10.024/19.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0487149](#)) e na ata do certame (0488401). Não houve recusa de lances.

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro (0488480). Desse modo, as justificativas demonstram que a pregoeira, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Item deserto: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Fase de Habilitação: AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)).

g) Recursos: Não houve.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0488401](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III - DA CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0488403](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 19/12/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 19/12/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0489938** e o código CRC **5CC84AF9**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0489938v10

Criado por 014827562356, versão 10 por 004891562321 em 19/12/2019 16:00:55.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 36/2019** – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos

DESPACHO Nº 6552 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, objetivando a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos**, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT 14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após realização do Pregão Eletrônico n. 36/2019 a Pregoeira juntou aos autos a comprovação da divulgação do edital ([0482411](#) e [0482677](#)); relatório de propostas ([0487149](#)); proposta da empresa AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487238](#) e [0487240](#)); documentos de habilitação da empresa mencionada ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)); a manifestação favorável da unidade técnica quanto a proposta e os documentos de habilitação ([0487741](#)); Ata do certame ([0488401](#)); o Resultado por Fornecedor ([0488406](#)); Termo de Adjudicação ([0488403](#)), Resultado de Licitação e o comprovante de sua publicação (0489366) e o Relatório com as principais ocorrências do certame ([0488480](#)).

Não houve pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital nem intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação a Pregoeiro declarou vencedora a licitante AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA, CNPJ 84.750.538/0001-03, valor global de R\$108.529,20 (cento e oito mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos). Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicou o objeto à vencedora ([0488403](#)).

Instada a se manifestar a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0489938](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos no parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0488401](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 36/2019**, consoante Termo de Adjudicação ([0488403](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/12/2019, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0490171** e o código CRC **F800C341**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0490171v9

Criado por 004577222313, versão 9 por 004577222313 em 19/12/2019 16:53:03.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 05/2020/TRE-RO, assinada em 25/03/2020. Ata de Registro de Preços n. 91/2019 – Pregão Eletrônico n. 36/2019. Contratada: AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ n. 84.750.538/0001-03. Objeto: prestação de serviços de COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 3555/2000, 10.024/2019 e 9.507/2018. Vigência: 12 meses,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iniciando-se em 25/03/2020. Valor Total Estimado: R\$ 48.293,83. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.39-75. Nota de Empenho n. 2020NE000282, de 23/03/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 5637/2019-PRES/DG/GABDG, de 08/11/2019. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 6552/2019-PRES/DG/GABDG, de 19/12/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor IURI DANIEL SERRATE FARIA. Processo SEI: 0000739-47.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 25/03/2020, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0517244** e o código CRC **17FA6014**.

0000739-47.2019.6.22.8000

0517244v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 25/03/2020 12:45:45.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 59, quinta-feira, 26 de março de 2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020 - UASG 70006

Nº Processo: 0013203-17.2019. Objeto: Aquisição de material elétrico e eletrônico. Total de Itens Licitados: 21. Edital: 26/03/2020 às 14h00. Endereço: Praça Des. Edgar Nogueira - Centro - Cívico, Cabral - Teresina/PI ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70006-5-00014-2020. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/04/2020 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOZIELE COIMBRA BORGES DE ANDRADE
Pregoeira

(SIASGnet - 25/03/2020) 70006-00001-2019NE000038

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 13 ao Contrato n. 13/2000, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório da 28ª ZE, em Lagoa Vermelha-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Baldino Albano Cavagnoli. OBJETO: Prorrogação a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marlene Bonzanini e Sr. Baldino Albano Cavagnoli. Proc. SEI n. 0002154-92.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 25-3-2020.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020 - UASG 70021

Nº Processo: 0002720-07.2020.5. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de publicações nacionais. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/03/2020 às 12h00. Endereço: Av. Padre Cacique, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70021-5-00009-2020. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/04/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIEGO
Diretor - Geral

(SIASGnet - 25/03/2020) 70021-00001-2020NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - UASG 70017

Nº Processo: 202000000036470. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material de embalagem. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 26/03/2020 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194 - 19 Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00011-2020. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/04/2020 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIASGnet - 25/03/2020) 70017-00001-2020NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - UASG 70017

Nº Processo: 202000000043697. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de serviços de organização de eventos. Total de Itens Licitados: 26. Edital: 26/03/2020 às 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194 - 19 Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00012-2020. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/04/2020 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Pregoeiro

(SIASGnet - 25/03/2020) 70017-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CARTA CONTRATO

Extrato da Carta-Contrato n. 05/2020/TRE-RO, assinada em 25/03/2020. ARP nº 2019 - Pregão Eletrônico 36/2019. Contratada: AMAZON FORT SOLUTIONS AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ n. 84.750.538/0001-03. Objeto: Prestação de serviços de COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I - PERIGOSOS produzidos pelo TRE-RO. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 3555/2000, 10.024/2019 e 9.507/2018. Vigência: 12 meses, iniciando-se em 25/03/2020. Valor Total Estimado: R\$ 48.293,83. Programa de Trabalho: 0212203320GPO011. Elemento de Despesa: 33.90.39-75. Nota de Empenho n. 2020NE000282, de 23/03/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 5637/2019-PRES/DG/GABDG, de 08/11/2019. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 6552/2019-PRES/DG/GABDG, de 19/12/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor IURI DANIEL SERRATE FARIAS. Processo SEI: 0300739-47.2019.6.22.8000.

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Ratificação da Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 - Plenário. Contratada: M.S. AGUIAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 16.973.725/0001-04. Objeto 1) Perfil (travessa) para divisória naval tipo baqueta, barra medindo 1.185 mm de comprimento, espessura 35mm, painel de aço perfurado e acabamento com pintura eletrolítica a pó, cor branca. Quant: 203; Vir. Unit. R\$ 6,18; Subtotal R\$ 1.254,54; 2) Leito do baqueta para vidro em divisória, cor branca, perfil com comprimento da barra medindo 1.185 mm de comprimento, por 35mmx20mm. Quant: 203; Vir. Unit. R\$ 5,20; Subtotal R\$ 1.055,60; 3) Perfil (travessa) para divisória naval TIPO H, para instalação de divisória naval, perfil galvanizado. Dimensões: 35mm de largura por 19mm de altura, 3,00 metros de comprimento, tratamento anticorrosivo, cor branca. Quant: 300; Vir. Unit. R\$ 17,10; Subtotal R\$ 5.130,00; 4) Perfil (travessa) para divisória naval TIPO U, para instalação de divisória naval, perfil galvanizado. Dimensões: 35mm de largura por 19mm de altura, 3,00 metros de comprimento, tratamento anticorrosivo, cor branca. Quant: 220; Vir. Unit. R\$ 15,30; Subtotal R\$ 3.366,00; 5) Placas para divisória naval, dimensões 1,20metro x 2,10 metros, espessura 35mm, painel de aço perfurado e acabamento com pintura eletrolítica a pó, cor Areia Jundiaí. Quant: 200; Vir. Unit. R\$ 130,00; Subtotal R\$ 26.000,00; 6) Porta para divisória, completa, largura

82cm, altura 210cm, espessura 4mm, acabamento superficial laminado; Cor Areia Jundiaí, inclusive ferragens (dobradiça e fechadura igual ao item 6) e perfil de aço (batente e perfil de requadro). Quant: 40; Vir. Unit. R\$ 777,20; Subtotal R\$ 31.088,00; 7) Fechadura para divisória, conjunto completo de fechadura tubular, 3 pinos com chave externa e botão interno, miolo de latão, maçanetas e espelhos em aço, mecanismos em aço galvanizado, cor cromada, maçaneta diâmetro de 90mm, maçaneta formato tulipa. Quant: 20; Vir. Unit. R\$ 65,00; Subtotal R\$ 1.300,00; Valor total da Nota de Empenho: R\$ 40.194,14. Programa de Trabalho: 0212203320GPO011. Elemento de Despesa: 33.90.30-24. Nota de Empenho: 2019NE000278, de 19/03/2020. Fundamento Legal: Art. 24, V, da Lei 8.666/93. Justificativa: Necessidade de compra de divisória para Melhorias no ambiente interno de trabalho, mobilidade para adequações e substituição de materiais danificados. Declaração de Dispensa de Licitação em 17/03/2020, por meio do Parecer Jurídico 38/2020/AJG, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 18/03/2020, por meio do Despacho 376/GABDG, por LIA MARIA ARAUJO LOPES, CPF n. 475.106.849-06, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI n. 0000044-59.2020.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020 - UASG 070024

Nº Processo: 0000044-59.2020.6 - Objeto: Aquisição de materiais de consumo para manutenção de bens imóveis (divisórias), para atender às demandas ordinárias - e aquelas derivadas do Pleito Eleitoral de 2020 - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso V da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de compra de divisória para Melhorias no ambiente interno de trabalho. Declaração de Dispensa em 17/03/2020. SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessora Jurídica. Ratificação em 18/03/2020. LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral. Valor Global: R\$ 49.194,14. CNPJ CONTRATADA : 16.973.725/0001-04 M.S. AGUIAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

(SIDEI - 25/03/2020) 070024-00001-2020NE000005

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 6/2020

Cumprida a fase de julgamento, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 01.060.256/0001-57 - L.H.C. COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, itens 14, 33 e 34, valor R\$ 1.430,00; 02.635.441/0001-85 - GRAFICA EDITORA E IMPRESSOES NACIONAL EIRELI, itens 2, 13 e 15, valor R\$ 18.135,00; 04.218.430/0001-35 - EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA, item 3, valor R\$ 75.144,00; 04.875.554/0001-93 - GRAFICA E EDITORA ROSSETTO EIRELI, itens 8 e 9, valor R\$ 4.600,00; 05.064.812/0001-14 - RENTEX COMUNICACAO & MARKETING EIRELI, item 36, valor R\$ 15.020,00; 08.804.604/0001-00 - AVCHAI EVENTOS LTDA, item 1, valor R\$ 3.000,00; 09.192.266/0001-58 - IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA, itens 12, 17 e 37, valor R\$ 57.580,00; 09.492.650/0002-57 - MICRODATA SISTEMAS ELETROINFORMATICA LTDA, item 23, valor R\$ 3.000,00; 15.539.260/0001-07 - SANTOS & BARRETO LTDA, itens 5, 6, 7, 11, 30, 31 e 32, valor R\$ 63.350,00; 27.232.284/0001-85 - R&I COMUNICACAO VISUAL EIRELI, itens 4, 18, 19, 20, 22 e 42, valor R\$ 87.140,00; 63.750.350/0001-95 - HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI, grupo 1 e itens 10, 16, 24, 25, 26 e 35, valor R\$ 82.265,00. Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Os itens 21, 27, 28 e 29 restaram fracassados. Valor total do certame R\$ 416.664,00.

ANDERCELDSON REIS
Pregoeiro

(SIDEI - 25/03/2020) 070024-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO Nº 7/2020

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 12/03/2020. Entrega das Propostas: a partir de 12/03/2020, às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/04/2020, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados e continuados na área de comunicação (jornalismo).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIDEI - 25/03/2020) 070020-00001-2020NE999999

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 2/2019, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, CNPJ 06.015.356/0001-85, e Unimed Seguros Saúde S/A, CNPJ 04.487.255/0001-81. Objeto: alterar os itens 5.1, 5.1.1 e 6.1, das cláusulas quinta e sexta do Contrato, em razão do reajuste e revisão dos valores das mensalidades, por tipo de planos e faixas etárias, no percentual de 22,84% e prorrogar a vigência por 12 (doze) meses, de 17/4/2020 a 16/4/2021. Data da assinatura: 10/5/2020. Signatários: Des. Jose dos Anjos pelo TRE-SE e Helton Freitas e Adelson Severino Chagas pela Unimed.

Decimo Termo Aditivo ao Contrato 21/2015, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, CNPJ 06.015.356/0001-85, e Multiseg Sistemas de Segurança Ltda, CNPJ 04.966.422/0001-77. Objeto: alterar os itens 1.1.1, 4.1 e 4.2 das cláusulas primeira e quarta do Contrato, em razão da supressão, 6 (seis) postos de trabalho alocados nos Postos de Atendimento das Zonas Eleitorais do Estado de Sergipe: 3, 13, 15, 22, 24 e 30, a contar de 1/2/2020. Data da assinatura: 11/5/2020. Signatários: Des. Jose dos Anjos pelo TRE-SE e Antonio Fernando Pereira de Carvalho pela Multiseg.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 10/2020, Processo Administrativo Eletrônico nº 0014187-49.2019. Objeto: Fornecimento de material de consumo (gráfico). Adjudicatadas: 1) R&I COMUNICACAO VISUAL EIRELI, CNPJ nº 27.232.288/0001-85, para os itens 1, com valor unitário de R\$ 107,00 (cento e sete reais), 2, com valor unitário de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais), 3, com valor unitário de R\$ 660 (seiscentos e sessenta reais), 5, com valor unitário de R\$ 40,00 (quarenta reais) e, com valor unitário de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e 2) AVCHAI EVENTOS LTDA, CNPJ nº 08.804.604/0001-00, para os itens 4, com valor unitário de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), 9 com valor unitário de R\$ 19,80 (dezenove reais e oitenta centavos), 10, com valor unitário de R\$ 50 (cinquenta reais), Os itens 7 e 8 restaram frustrados.

Palmas-TQ, 25 de março de 2020.
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-ro.jus.br/autenticidade.html>, pelo código 05302020021600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 23Mar20 NUMERO: 2020NE000282
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 84750538/0001-03 - AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS E SERVICOS D
ENDERECO : BR 364 S/N QUADRA11 CIDADE JARDIM
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76815-800

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CONFORME
PREGAO ELETR 36/2019, DESPACHO 229 DA SAOFC (0503191), DESPACHO 8 DA COMAP
(0516059) DO PROCESSO SEI Nº 0000739047.2019.6.22.8000.

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 IEF LIMPEZ

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007394720196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 48.293,83

QUARENTA E OITO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E OITENTA E TRES*****

CENTAVOS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 75 -SERVICO DE INCINERACAO,DESTRUI

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 48.293,83

VALOR DO SEQ. : 48.293,83

SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSI I - PERIGOSOS, CONFORME DEFINIÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT NBR 10004:2004 E ANEXO I
DA RESOLUÇÃO CONAMA 452/2012, COMPREENDENDO TAMBÉM A PESAGEM, O TRANSPORTE, E
VENTUAL ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO E A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA À LEGISLAÇÃO AM
BIENTAL DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS.

T O T A L : 48.293,83

LIA MARIA

ARAUJO

LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES

ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES

DA COSTA

FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO

GESTOR FINANCEIRO